

# A problemática do dinheiro em Marx

Robson Ribeiro Gonçalves\*

## Resumo

*O texto apresenta o dinheiro como um fio condutor possível da teoria do valor e do capital na obra madura de Marx. O dinheiro é apresentado como um desdobramento lógico e dialético da teoria do valor marxiana - uma expressão tendencialmente autônoma do valor de troca. Procura-se demonstrar em que termos esta autonomia atinge seu ponto máximo no capital portador de juros, quando o movimento de valorização do valor pode prescindir até mesmo de suas metamorfoses.*

Este texto tem por objetivo abordar a questão do dinheiro na obra madura de Marx como um possível fio condutor de sua teoria do valor e do capital. Desta forma, procurou-se focar o tema ao longo de uma trajetória que se estende desde a análise dos determinantes mais especificamente mercantis da economia capitalista até a apresentação do capital a juros - espécie de síntese da lógica valorativa moderna.

Esta discussão, no entanto, pretende contribuir com uma compreensão mais clara do tratamento que o próprio autor deu ao tema. Assim, optamos por desenvolver um exercício de compreensão da temática do dinheiro na obra madura de Marx, o não que significa que ignoremos desenvolvimentos posteriores ou mesmo debates montados sobre esta questão a partir do pensamento marxiano. Nos limites deste trabalho, porém, não abordaremos tais desenvolvimentos da questão.

O dinheiro surge na obra do "velho Marx" inicialmente como um desdobramento lógico - e dialético - de sua teoria do valor: uma expressão tendencialmente autônoma do valor de troca. No entanto, como se pode verificar nos *Grundrisse*, é apenas como capital que o dinheiro tem condições de tornar-se tal expressão autônoma - do valor de troca e do valor em expansão.

Já como capital a juros, o dinheiro torna-se não só expressão autônoma do valor: ele passa a encerrar em si mesmo, e desde logo, a própria

---

\* Mestrando em Economia do IE/NICAMP.

lógica valorativa. Dedicamo-nos, então, a explorar a questão do dinheiro a partir deste arcabouço.

### **1- Dinheiro e lei do valor no contexto de uma economia mercantil**

ermanecendo todo o tempo com sua atenção centrada no modo de produção capitalista, Marx constrói seus conceitos tomando àquele modo um elemento básico: a mercadoria. A partir de suas contradições fundamentais, pode o autor avançar logicamente para a constituição de conceitos sucessivos, caminhando em direção ao capital. Mas esta constituição só é legítima porque a mercadoria é, ela mesma, uma realidade posta no contexto da sociedade burguesa **por sua natureza eminentemente mercantil**.

Iniciando sua análise pela mercadoria, portanto, Marx intenta desenvolver as relações que se referem à esfera da circulação daquela sociedade - deixando para um momento posterior da argumentação o tratamento mais detalhado da esfera da produção.

Nesse contexto inicial, características contraditórias do trabalho, tais como seus aspectos concreto e abstrato, só podem ser apresentados enquanto se referem a características correspondentes da própria mercadoria - quais sejam, o valor de uso e o valor, respectivamente.

Depois de referir-se aos atributos da mercadoria enquanto valor de uso e valor de troca, Marx situa com maior precisão seu fundamento mercantil; portanto, "uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor", por não ser fruto do trabalho humano, ou "ser fruto do trabalho humano, e não ser mercadoria", por satisfazer apenas alguma necessidade do próprio produtor. Desta forma, uma qualificação **lógica** do valor enquanto atributo da mercadoria pode ser assim descrita: "*O produto adquire valor (stoimost) só em condições nas quais é especificamente produzido para a venda, e adquire no mercado uma avaliação objetiva e exata que a iguala - mediante dinheiro - com todas as demais mercadorias e lhe dá a propriedade de intercambiar-se por qualquer mercadoria*" (Rubin, 1979, p. 123 - tradução do espanhol).

A mercadoria é, assim, portadora do valor enquanto cristalização de trabalho humano, simultaneamente abstrato e social; ela se torna, por conseguinte, valor de troca para seu possuidor, e valor de uso para aquele que a adquire no intercâmbio; ao mesmo tempo, porém, ela deve ser um não-valor de troca para este, e um não-valor de uso para aquele.

Assim, " *uma vez que a produção mercantil se orienta para a troca, já durante o processo de produção, o produtor de mercadorias (...), antes do ato de intercâmbio, iguala seu produto com uma soma determinada de valor (dinheiro) e assim também seu trabalho concreto com uma quantidade de trabalho abstrato*" (Rubin, 1979, p.124 - tradução do espanhol).

Esta última citação, em conjunto com a anterior, demonstra que os determinantes lógicos e históricos do valor, no contexto de uma economia mercantil, são igualmente determinantes do dinheiro; este deve ser compreendido, numa primeira aproximação, como aquela "determinada soma de valor" com a qual o produto de um trabalho concreto é igualado idealmente antes da troca. Esta igualação torna esse produto mercadoria em potencial; se, de fato, ele encontrar no mercado a chancela da compra, realiza-se como mercadoria e aquela soma de dinheiro como seu preço - supondo-se, como se fará ao longo de todo este texto, que o preço seja a "expressão monetária" do valor das mercadorias.

Mas, uma vez que a discussão até aqui limitou-se à esfera da circulação, essa produção orientada para a troca faz com que os produtores de mercadorias as conduzam ao mercado meramente como seus proprietários; isso se deve ao fato de, naquela esfera, a relação que fundamenta a troca ser a propriedade de mercadorias<sup>1</sup>.

Esses proprietários - de não-valores de uso para si mesmos - estabelecem uma relação de indiferença no ato de intercâmbio no que diz respeito ao valor de uso de suas mercadorias. Essa relação de indiferença faz aqueles que se defrontam no ato de intercâmbio mercantil apresentarem-se como proprietários, e não como produtores de suas mercadorias. Deste modo, as relações que associam os participantes da troca mercantil aparecem como relativas às mercadorias por eles levadas ao mercado - o que caracteriza o chamado "fetichismo da mercadoria".

Marx pode, assim, expor a lei do valor na esfera em que ela é observada - a circulação -, apresentando-a como uma interação de produtores independentes. Mais uma vez, porém, essa apresentação é legitimada pela própria realidade da sociedade burguesa. Esta se refere ao fato de, sob o capitalismo, as mercadorias serem realmente confrontadas como

---

<sup>1</sup> Colocada desta maneira, e da maneira como segue, essa característica de uma sociedade mercantil permanece plenamente válida no âmbito mais amplo da sociedade capitalista, ainda que restrita à esfera da circulação de mercadorias. Este é um elemento importante para a posterior discussão sobre o papel do dinheiro nos ciclos do capital.

propriedades de produtores independentes - ainda que tal independência seja sempre mediada pela divisão social do trabalho e pela natureza relacional do capital.

Ao se referir à circulação, no entanto, Marx reporta-se, novamente, à sua constituição plena, onde o valor pode de fato realizar-se - seja como chancela do caráter social e abstrato de um trabalho concreto e específico, seja como a expressão do "trabalho socialmente necessário". Pode-se notar, portanto, que há uma simultaneidade de supostos lógicos na suposição de que o valor já se encontra constituído no momento do intercâmbio - como se deve subentender na expressão "*x mercadoria A vale y mercadoria B*", apresentada já no contexto das formas de valor e, portanto, da circulação (Marx, 1988, vol. I, p. 54 - grifo adicionado).

Se o valor já se encontra constituído no intercâmbio de A por B, ele não expressa uma razão que se estabelece de maneira fortuita, casual, no momento da troca; os termos x e y refletem simultaneamente, como dito acima, o caráter social de trabalhos concretos e o tempo de trabalho social envolvido na produção das mercadorias. Isso quer dizer, porém, que não há nada de **acidental** nesse intercâmbio além do fato de as mercadorias serem A e B.

Em outras palavras, este intercâmbio está se realizando em meio a toda uma "teia de relações mercantis", à plena vigência do valor de troca. Nesse sentido, esclarece Marx: "*São supostos da circulação as mercadorias (seja em sua forma particular, seja em sua forma universal de dinheiro), que constituem a realização de um tempo de trabalho determinado e que como tais são valores; sua premissa é, pois, tanto a produção de mercadorias pelo trabalho, como sua produção enquanto valores de troca*" (Marx, 1973, p. 194 - tradução do espanhol).

Mas, como a citação anterior já aponta, a circulação, compreendida em sua forma capitalista plena, supõe mais um elemento - o dinheiro como equivalente geral, desempenhando a função de medida de valor.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Tanto quanto o próprio capital, portanto, o dinheiro é um suposto lógico necessário na exposição de Marx; isso se torna claro, sobretudo, quando se compreende que a "economia mercantil" da qual parte o autor em "O Capital" não é uma forma de organização social que precede a sociedade burguesa, e sim apenas um aspecto desta mesma sociedade, destacado na exposição do autor para melhor situar sua teoria do valor no âmbito estritamente mercantil. Tal método expositivo teria permitido a Marx evitar os percalços e confusões de Ricardo ao não dissociar mais-valia e lucro; tal opinião, do próprio autor, encontra-se expressa em suas "Teorias de Mais-Valia".

Ainda que, desde a apresentação, por Marx (1988), da primeira forma de valor, o dinheiro deva estar pressuposto, sua construção lógica como equivalente geral inicia-se prescindindo dele, no âmbito da "forma acidental do valor" - que, como vimos, não pode ser considerada de todo acidental. Partindo daí, deve-se retornar ao dinheiro, explicitando o fato de que ele é uma expressão culminante do valor de troca, refletindo-o continuamente em si mesmo.

Ao confrontarem-se duas mercadorias - supondo seus valores já constituídos -, uma delas assume o papel de equivalente, ou seja, expressa em si o valor da outra (ver Marx, 1988, vol. I, p. 59). Nesta primeira forma, porém, deve-se notar o caráter restrito da permutabilidade, contrastante com a circulação plenamente constituída da onde se partiu.

Mas aqui uma particularidade da relação expressa na troca deve ser destacada: "*o valor de uso [do equivalente] torna-se manifestação de seu contrário, do valor*" (Marx, 1988, vol. I, p. 59). Este fato encaminha um aspecto relevante da discussão que se segue sobre o equivalente geral.

A caracterização do valor como objetivação do trabalho humano abstrato só se torna clara quando se multiplicam estas relações simples de equivalência. Uma mesma mercadoria passa, então, a ter seu valor expresso por outros *quanta* de diversas outras mercadorias - caracterizando a forma desdobrada do valor.

Essa forma torna a contrastar-se com a plenitude da circulação tomada como suposto; daí o próprio Marx apontá-la "*um mosaico colorido de expressões de valor, desconexas e diferenciadas*" (Marx, 1988, vol. I, p. 65).

Antes de atingir a forma dinheiro, o valor assume, na exposição de Marx, a forma geral; nela, a forma natural de uma mercadoria particular torna-se a expressão do valor das demais, transformando-se na "encarnação" ou "crisálida" de todo o trabalho humano. Chega-se, assim, muito mais próximo de uma forma culminante do valor.

A necessidade lógica da constituição da forma equivalente geral decorre do fato de que ela pode refletir o trabalho humano abstrato ao "encarná-lo"; é este o fundamento do valor, objetivado nas mercadorias que defrontam-se na troca, nas inúmeras relações mercantis de que se compõe a circulação.

Quando uma mercadoria como o ouro assume o papel de dinheiro, ocorre apenas que uma mercadoria específica ocupou o lugar de equivalente geral; ele prossegue, porém, como possuidor de todas as características e

contradições referentes ao mundo das mercadorias. Como mercadoria, o equivalente geral não se furta à lei do valor; ele só pode ser trocado por qualquer outra mercadoria por ser, ele mesmo, mercadoria<sup>3</sup>.

O que distingue de maneira importante o dinheiro como equivalente geral é que o valor de uso do dinheiro passa a ser expressar o valor de troca (e o valor) das demais mercadorias - é essa a sua particularidade enquanto mercadoria. Seu próprio valor, no entanto, permanece sujeito às mesmas variações do valor das demais mercadorias - o que desqualifica a busca insistente de Ricardo de uma medida invariável do valor.

Dessa forma, constituído plenamente o sistema de valores de troca, este só pode realizar-se em um sistema monetário desenvolvido. No intercâmbio, *"cada um aparece perante o outro como possuidor de dinheiro, como dinheiro personificado (...). A diferença natural e específica existente na mercadoria se desvanece; constantemente a encobre a circulação"* (Marx, 1973, p.184 - tradução do espanhol).

Pode-se concluir, portanto, como o faz Rubin (1979, p. 123) que as formas do valor - o que inclui a forma dinheiro - são "formas sociais do produto do trabalho"; com o desenvolvimento da forma dinheiro, porém, é o próprio produto do trabalho quem adquire característica universal, completando a constituição lógica de um dos elementos fundamentais da categoria valor - o conceito de trabalho simultaneamente abstrato e social.

Nesse sentido, a circulação não pode ser compreendida como mera soma de atos isolados de intercâmbio mercantil (ver Rosdolsky, 1985, p.175). Ainda que as diferenças atinentes às necessidades sociais de cada "proprietário de mercadorias" e a seus próprios valores de uso continuem sendo um dos fundamentos da troca, a plena vigência das relações mercantis constitui-se com o desenvolvimento também pleno do valor de troca e do valor.

Na teia de relações mercantis, supondo o valor já fixado nas mercadorias, o dinheiro aparece como intermediário do movimento M-D-M, ou seja, como "meio de circulação"; supondo-se, porém, como Marx o faz na primeira seção de "O Capital", que as mercadorias se trocam por seus valores, o desempenho da função de meio de circulação pressupõe que o dinheiro já seja uma expressão (medida) do valor.

---

<sup>3</sup> É nestes termos que Marx fundamenta sua formulação do dinheiro-mercadoria; tal fato tem implicações importantes para uma teoria especificamente monetária apoiada em Marx.

No capítulo III de "O Capital", Marx explora alguns determinantes mais especificamente monetários da questão do dinheiro; porém, trilhar o que seria a base para uma teoria monetária marxista não serviria ao propósito deste texto (ver Carvalho, 1986). Seguindo a trilha do próprio autor, a passagem do capítulo III para o IV de "O Capital" nos conduz para o campo da valorização.

## 2- A expressão autônoma do valor de troca

Nesta seção, a fim de compreender de que forma o capital supera a dicotomia valor de troca/valor de uso precisamente **na realização deste último**, precisamos demonstrar como, ao longo desse movimento, o valor de troca (e o valor) não são apenas mantidos, como reaparecem ao final em sua forma monetária.

Nesse sentido, muito embora referenciada continuamente à esfera mercantil, a circulação do capital apresenta-se sob forma e conteúdo próprios; em lugar do M-D-M da circulação de mercadorias, apresenta-se como D-M-D ou, mais propriamente, como D-M-D', o que corresponde à circulação do capital em sua fórmula geral.

Ao analisar-se a questão da autonomia dessa forma de circulação, do caráter autônomo que o valor de troca assume na circulação do capital, cabe mostrar em que termos o capital é "*valor de troca que se conserva e se perpetua na circulação e mediante ela*" (Marx, 1973, p. 202). Simultaneamente deve-se compreender que "*o capital não é uma relação simples, mas um processo, em cujos diversos momentos nunca deixa de ser capital*" (Marx, 1973, p. 198 - traduções do espanhol).

O primeiro elemento apontado significa, entre outras coisas, que a dicotomia valor de troca/valor de uso, tal como se apresenta na esfera da circulação mercantil, aparece no capital sob uma forma específica; além disto as esferas da valorização e a da circulação permanecem em contato, e se realimentam.

Mas a (plena) circulação mercantil da qual se parte na construção do conceito de capital permite que, ao iniciar a análise do processo de valorização, façamos abstração do conteúdo material específico da circulação, atendo-nos apenas ao seu produto final: o dinheiro (ver Marx, 1988, vol. I, p. 121).

Em termos históricos tanto quanto em termos lógicos, a importância de se tomar o dinheiro agora como ponto de partida decorre do fato de ser ele a primeira forma de manifestação do capital. Da mesma maneira, o dinheiro, enquanto capital, permite que se estabeleça o nexos entre as esferas da circulação mercantil - onde aparece como mero equivalente geral e expressão cristalizada do valor de troca -, e a esfera da valorização - onde ele se caracteriza como valor em busca (processo) de valorização.

Para que se compreenda a autonomia do capital nos termos em que foi colocada é necessário, neste ponto, confrontar o papel do dinheiro em ambas as esferas em que aparece. Das limitações (contradições) do dinheiro enquanto expressão tendencialmente autônoma do valor de troca na circulação mercantil, é possível passar aos aspectos autônomos do capital em sua própria circulação.

Na circulação mercantil, em cada uma das "metamorfozes" de que se compõe o movimento M-D-M, o valor das mercadorias pode ser refletido no dinheiro, uma vez que tanto M-D quanto D-M representam, simultaneamente, compra e venda. A própria produção de mercadorias já supunha sua igualação a uma determinada soma de dinheiro.

Assim, a antítese valor de uso/valor de troca aparece em toda a sua extensão; é ela o fundamento da troca mercantil. As mercadorias, uma vez transformadas de valores de troca em valores de uso no ato de intercâmbio, retiram-se da circulação para o consumo.

Essa caracterização geral da circulação de mercadorias possui pelo menos dois aspectos de interesse aqui:

- a impossibilidade de auto-renovação desta circulação;
- e o fato de o dinheiro aparecer com resíduo de um processo evanescente.

A primeira característica parece decorrer das próprias contradições internas da mercadoria; **no âmbito da circulação mercantil**, uma vez realizado o valor de uso de uma mercadoria, esta não pode mais retornar à circulação, já que tal realização se dá no consumo. "*A circulação não leva, portanto, em si mesma o princípio de sua auto-renovação. (...) As mercadorias têm de ser lançadas à circulação sempre de novo e sempre de fora (...)*" (Marx, 1973, p. 193 - tradução do espanhol). Portanto, o fundamento da circulação, a produção de valores de troca, é continuamente seu pressuposto, mas não seu resultado. É essa conformação do processo de circulação mercantil quem impossibilita que o dinheiro realize de fato sua

tendência a ser uma expressão autônoma de valor de troca - o que remete ao segundo aspecto destacado.

No ato de intercâmbio mercantil, o dinheiro reflete o valor das mercadorias no momento em que elas "caminham" da forma de não-valores de uso - para quem as aliena - para a de valores de uso - para quem as adquire. É nesse justo momento que o dinheiro se realiza como "encarnação" do próprio valor de troca.

Mas a realização dessa tendência está permanentemente referida à circulação, **ao mesmo tempo que se realiza ao furtar-se a ela** - é a inserção do dinheiro no intercâmbio de mercadorias ou a sua virtualidade. É este o fato que permite a Marx caracterizar a tendência à autonomia do valor de troca no dinheiro como negativa (ver Marx, 1988, vol. I, p. 123).

Contudo, uma vez realizado o intercâmbio mediado pelo dinheiro, metamorfoseados os valores de troca em valores de uso, do ato isolado e acabado resta apenas o próprio dinheiro; se agora, mais uma vez, ele se mostrar como forma (quase) autônoma do valor de troca, será em razão de um novo ato de intercâmbio, ao qual se refira potencialmente ou penetre de fato (ver Marx, 1973, p. 199).

Em suma, **enquanto permanece exclusivamente nos limites da circulação mercantil**, o dinheiro não consegue tornar-se uma expressão autônoma do valor de troca - e do valor. Resta tentar demonstrar como o capital pode ser essa expressão, e como ela se mantém nas diversas formas que ele assume ao longo do processo de valorização.

A discussão a respeito da autonomia do capital pode ser empreendida nos limites de sua "fórmula geral" (capítulo IV de "O Capital"); isso significa que, numa primeira aproximação, pode-se prescindir das particularidades da mercadoria força de trabalho. Portanto, ainda que não se explore a natureza específica da mercadoria que torna possível o ciclo D-M-D' sem ferir a lei do valor, as características autônomas do capital já se mostram claras.

Contrariamente ao que ocorre no ciclo mercantil, a circulação do capital representa agora não mais uma venda para a compra, mas uma compra para a venda. O dinheiro é assim lançado na circulação - ainda que de forma própria -, mediando um ato de troca mercantil, cujo conteúdo específico aparece obscurecido. É nestes termos que o capital deve aparecer desde logo como mercadoria e valor; a circulação (plena) e o valor precedem logicamente o capital; é como valor cristalizado que o dinheiro se lança na circulação como capital.

O valor, corporificado na mercadoria adquirida neste primeiro ato (D-M), não "caminha" da forma de não-valor de uso para a de valor de uso do mesmo modo que na circulação mercantil; contrariamente, o valor inicia o processo de valorização já em sua forma inicial de dinheiro, mas a mercadoria adquirida prossegue sendo valor de troca, e será sob esta forma que o mesmo valor, acrescido de um *plus*, será devolvido à circulação no ato M-D'.

Pode-se afirmar que o capital, em suas diversas formas, **supera** a dicotomia valor de uso/valor de troca; o consumo das mercadorias no processo de valorização transforma valor de troca em ... valor de troca. Isso decorre do fato de que a lógica do ciclo D-M-D' é quantitativa, e não qualitativa; assim, o valor de troca realiza-se ao ser transformado em mais valor de troca; ao retirar-se da circulação mercantil e penetrar na circulação do capital como capital, a mercadoria não se realiza no consumo como valor de uso, mas como mais valor de troca. A expressão desse processo apresenta-se no confronto quantitativo entre os extremos do ciclo - D...D'<sup>4</sup>.

Em resumo, **a autonomia do capital é a autonomia do valor de troca**; ela aparece representada no dinheiro, intercambiado por mercadoria, inicialmente; o consumo específico desta última, porém, não significa sua metamorfose em valor de uso, mas em mais valor de troca; por fim, uma vez que o início do ciclo D-M-D' foi caracterizado como uma compra para a venda, o novo valor de troca é novamente remetido à circulação, aparecendo como um outro - e maior - volume de dinheiro, novamente expressão do valor de troca. Desta forma, *"o caráter imperecível a que aspira o dinheiro, ao colocar-se negativamente ante à circulação e retirar-se dela, é alcançado pelo capital, que se preserva precisamente ao entregar-se à circulação"* (Marx, 1973, p. 201 - tradução do espanhol).

A forma como o valor se apresenta ao final do ciclo D-M-D' é o fundamento de sua própria renovação. Portanto, mediante o processo de valorização, o valor de troca não apenas se conserva como se perpetua; isso decorre do fato de, qualitativamente, as formas D e D' serem idênticas, o que permite ao ciclo do capital auto-renovar-se. O dinheiro atinge, dessa forma,

---

<sup>4</sup> Como deverá ficar claro na análise do capital portador de juros, é este confronto entre os extremos do ciclo do capital, D...D', quem melhor define sua lógica, a lógica valorativa. Em certa medida, a discussão das especificidades do movimento intermediário entre esses dois extremos representa qualificações desta lógica, adequadas ao estudo mais apurado do modo capitalista de produção.

autonomia como capital ao "perder sua rigidez" e transformar-se de forma cristalizada do valor em elemento do processo de geração do valor.

Simultaneamente, sendo a "mercadoria genérica", o dinheiro permite ao capitalista, ao final do ciclo, reiniciá-lo sem os inconvenientes de qualquer "mercadoria específica".

### **3- O dinheiro nas metamorfoses do capital**

Alguns dos aspectos adicionais da autonomia do valor de troca no capital, indicados na seção anterior, podem ser melhor explorados através daquilo que Marx denominou de "metamorfoses do capital e seu ciclo" (Marx, 1988, Livro II). A formulação aí expressa pelo autor constitui um avanço em relação à esfera de intercâmbio estritamente mercantil, onde foi desenvolvida a lei do valor, e mesmo em relação à primeira transformação do dinheiro em capital (Marx, 1988, Livro I).

Se no movimento M-D-M o autor apresentou a circulação mercantil através das metamorfoses da mercadoria em dinheiro e vice-versa, a análise das metamorfoses do capital traz novamente ao centro da discussão as sucessivas passagens do valor de uma forma a outra; desta vez, porém, duas distinções são fundamentais: em primeiro lugar, assim como no capítulo IV do Livro I de "O Capital", o interesse recai sobre a circulação do capital que, sob a ótica do capital monetário, pode ser novamente apresentada como D-M-D'; além disso, porém, o momento crítico do processo de valorização, o processo produtivo (P), é apresentado de maneira explícita.

Como no contexto do capítulo I do Livro II, será enfatizado aqui o ciclo do capital monetário, sem referências expressas aos ciclos - do capital produtivo e do capital mercadoria.

O intento dessa ampliação do movimento do capital parece ser o de demonstrar de que forma o processo de circulação do capital **incorpora e supera** as relações eminentemente mercantis, sem negá-las em absoluto. Compreendida sempre como um processo de valorização do valor, a circulação do capital mostra-se como a sucessão de metamorfoses do valor ao longo de seu processo expansivo. Detendo-se nessas sucessivas passagens entre as formas mercadoria e dinheiro, Marx pode demonstrar em que termos a produção capitalista de mercadorias preserva as características fundamentais do dinheiro como equivalente geral, e da mercadoria como

portadora de valor, expressão fetichizada das relações sociais de produção, etc.

É importante lembrar, porém, que a esfera das relações mercantis aparecerá subordinada à circulação do capital; assim, ainda que preservadas em suas especificidades, as formas de mercadoria e dinheiro reaparecem submetidas a determinadas funções como "*formas de que se reveste o capital em seus diferentes estágios, e que, ao repetir-se o ciclo, ele ora adota ora abandona (...)*" (Marx, 1988, vol.III, p. 23).

Antes, porém, de tratar com mais detalhe a importância da distinção entre as "formas" e as "funções" do valor na circulação do capital, deve-se destacar que, neste ponto da obra, Marx parece conseguir provar uma afirmação importante contida nos *Grundrisse*. Lá, ao tratar da circulação mercantil e dos termos em que esta antecede o próprio capital, afirmou o autor: "*o ato [de intercâmbio mercantil] somente pode ser repetido até que tenha sido consumado (...). A circulação não leva, portanto, em si mesma, o princípio de sua auto-renovação. (...) Considerada em si mesma, ela é a mediação de extremos pressupostos*" (Marx, 1973, p.193 - tradução do espanhol).

Ao apresentar a circulação mercantil como intercâmbio referente à produção capitalista de mercadorias, pode Marx localizar o "motivo impulsor" desta mesma produção e, conseqüentemente, os momentos pressupostos no ato de intercâmbio. Simultaneamente é destacado o caráter relacional da produção capitalista de mercadorias, premissa desta e que nela se realiza enquanto relação de produção e relação social de produção.

Representado esquematicamente por D-M...P...M'-D', o ciclo do capital (monetário) pode ser compreendido como um duplo ato de intercâmbio: D-M ... M'-D', segmentado pelo processo produtivo P. Em todos os momentos, porém, mercadoria e dinheiro jamais deixam de ser capital; suas funções como mercadoria e dinheiro prendem-se sempre à lógica da valorização e, ainda que somente durante o processo produtivo ocorra de fato criação de valor, todos os instantes do movimento têm "*a valorização do valor como objeto determinante e motivo impulsor*" (Marx, 1988, vol. III, p. 70). Em outros termos, cada uma das metamorfoses apresentadas em D-M...P...M'-D' não pode prescindir das demais para que sejam de fato metamorfoses do capital. E as especificidades da mercadoria e do dinheiro como formas assumidas pelo capital ganham significado nesse contexto.

No ato D-M, o capitalista apresenta-se no mercado em busca das mercadorias como portador de dinheiro, de equivalente geral. Personifica, portanto, o capital em sua forma monetária, que se apresenta diante das mercadorias como equivalente. Mas as mercadorias adquiridas são força de trabalho e meios de produção (FT e MP, respectivamente), os elementos do capital produtivo. Ainda que, visto isoladamente e abstraindo-se seu conteúdo, esse ato seja mero intercâmbio entre mercadoria e dinheiro, ele é condição necessária ao processo produtivo, gerador de (mais) valor. "*Por outro lado, [porém,] o valor do capital, em estado monetário, só pode cumprir funções de dinheiro e nenhuma outra. O que faz dessas últimas funções do capital é seu papel determinado no movimento do capital e, daí, também a conexão do estágio em que aparece com os outros estágios de seu ciclo*" (Marx, 1988, vol. III, p.25).

Mas o fato de o capitalista dirigir-se ao mercado, encontrando nele tanto FT como MP, ainda que em nada altere o significado mercantil de cada um dos atos D-FT e D-MP, supõe, evidentemente, a presença da força de trabalho como mercadoria. Em outros termos, isso significa que o trabalhador já aparece despossuído, ofertando no mercado sua capacidade produtiva, a qual só pode realizar-se sendo posta em contato com os meios de produção pelo capitalista. Desta forma, o conteúdo mercantil do ato D-FT mostra-se fundamental para a compreensão do significado do modo capitalista de produção ao apresentar a força de trabalho na forma de mercadoria, cumprindo, enquanto tal, funções de capital.

Assim, "*a relação capital durante o processo de produção só aparece porque existe em si no ato de circulação, nas diferenciadas condições econômicas de base em que comprador e vendedor se defrontam em sua relação de classe. A relação não é dada pela natureza do dinheiro; é antes a existência dessa relação que pode transformar a mera função monetária em função de capital*" (Marx, 1988, vol. III, p. 27).

Conclui-se que o ato D-M no ciclo do capital monetário só pode ser transformação de capital na forma dinheiro em elementos do capital produtivo se já se encontra a força de trabalho dissociada dos meios e produção e, tal como estes últimos, apresenta-se disponível na forma de mercadoria. A reiteração do ciclo exige, pois, que o trabalhador "deixe a fábrica tão proletário quanto nela entrou". Sob seu ponto de vista, o ato D-FT deve ser FT-D, que se converte em D-M - troca de salário por meios de subsistência; o ciclo mercantil completo FT-D-M, observando a lei do valor,

deve corresponder apenas à troca da força de trabalho pelas mercadorias necessárias à sobrevivência do trabalhador e sua família.

Durante o processo produtivo, o valor se valoriza pela atividade da força de trabalho; ainda que a circulação do capital permaneça interrompida pelo consumo produtivo dos elementos do capital produtivo, estes permanecem sendo valor na forma de mercadorias, valores de troca que, realizando seus valores de uso, transformam-se em valores de troca e em mais valor - sempre mercadorias, porém. O momento crítico do ciclo do capital é atingido - o da criação de (mais) valor. A forma mercadoria desempenha plenamente sua função como capital, **supera a antinomia valor de uso/valor de troca sem negá-la em nenhum momento**, e o resultado do processo produtivo é a mercadoria fruto da produção capitalista e pressuposto da circulação.

Permanece o capital na forma mercadoria na passagem P...M', resultando o valor de M' maior que o de P pelo acréscimo da mais-valia. O capitalista aparece agora, mais uma vez, como proprietário de mercadorias, de valores de troca. Se o movimento D-M foi, desde o início, compra para venda, é preciso realizar esse suposto; o capitalista possui agora M', o fruto do processo de valorização, seu capital-mercadoria que se apresenta no mercado meramente como valor de troca, como simples mercadoria de sua propriedade.

A passagem M'-D' constitui-se na fase final do ciclo do capital monetário; as mercadorias produzidas são lançadas à circulação, e o capitalista retira dela, na forma dinheiro, mais valor do que nela lançara anteriormente. Esse *quantum* de valor corresponde ao que inicialmente fora adiantado, e que constituía o valor do capital produtivo P, somado à mais-valia gerada durante o processo de produção.

Mas tanto a geração de valor novo, quanto a geração de valor excedente - ambos representados na mais-valia - não transparecem de nenhuma forma no ato isolado M'-D', que se realiza na esfera da circulação como mero intercâmbio de equivalentes; e realmente esse ato não viola em nada a lei do valor como regra de intercâmbio mercantil.

Dessa forma, a produção capitalista de mercadorias e a geração de valor excedente são supostos do movimento M-D-M, mas não apenas da geração de valores de uso que nele se defrontam, como também do processo de geração do próprio valor que se movimenta na circulação mercantil. Simultaneamente, o lançamento de um *quantum* de valor, em sua forma

monetária, à circulação aparece como tendo por objetivo recuperar o mesmo *quantum* acrescido de um *plus*.

Nessa emersão ou subordinação da lógica da circulação mercantil à lógica da circulação do capital, os determinantes relacionais supostos e reproduzidos por esta última ganham relevo. A relação que se concretiza no processo produtivo deve estar suposta quando o capitalista se dirige ao mercado como portador de dinheiro em busca de mercadorias. Mas o papel do dinheiro e o da mercadoria por ele intercambiados - força de trabalho incluída - permanecem, pela sua associação com o processo de valorização, representando funções de capital em cada uma das formas que assume e abandona.

Por fim, as mercadorias aparecem ao final desse processo como valor de troca e como valor, frutos da produção capitalista; esta, destruindo os modos de produção que a precedem, submete todo intercâmbio mercantil à lógica da valorização.

#### **4- O capital portador de juros**

O primeiro desenvolvimento da noção de capital como valor em busca (processo) de valorização, apresentada em "O Capital", aparece no capítulo IV do Livro I; lá, o capital aparece em sua "fórmula geral", ou seja, D-M-D' - dinheiro que se transforma em mais dinheiro. Nessa apresentação, porém, o capital se define como valor em busca de mais valor em todos os momentos de seu ciclo, assumindo as formas funcionais de capital-dinheiro e capital-mercadoria. Dessa maneira, como destacara Marx nos *Grundrisse*, o capital surge como um processo, ou, mais propriamente, uma relação processual de cada um dos seus próprios elementos constitutivos, na geração/apropriação de (mais) valor.

Fica clara, portanto, desde sua primeira apresentação, a lógica definidora da noção de capital; e os elementos do capital portador de juros já poderiam ser identificados nesta primeira aproximação, onde a lógica da valorização já poderia aparecer sumariada como D...D', abstraindo-se do "veículo" do processo de valorização.

No entanto, ao analisar as especificidades da mercadoria força de trabalho ou as diversas metamorfoses do capital em seu ciclo, o intento de Marx no Livro II de "O Capital" parece ter sido o de desvendar os segredos

da lógica mais imediata do movimento do capital. Nesse sentido, um primeiro confronto entre a circulação do capital e a do capital a juros demonstra que ambos permanecem submetidos à mesma lógica do processo de valorização, ainda que o capital a juros acabe se distanciando dos elementos intermediários do movimento D...D'.

Se permanecermos analisando o capital sob a ótica monetária, será possível notar que o dinheiro, ao tornar-se capital, ainda que permaneça desempenhando "funções de dinheiro e nenhuma outra", adquire uma nova característica: emerso no processo de geração de (mais) valor, o "*dinheiro pode (...) passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si mesmo, que se multiplica*" (Marx, 1988, vol. IV, tomo 1, p.241).

Assim, é a possibilidade de um movimento como D...D', essência da definição de capital, quem confere esse potencial expansivo ao valor em sua forma de capital-dinheiro; o "movimento intermediário", que "serve de veículo" à expansão do valor, tal como expresso nas metamorfoses do capital, refere-se à lógica de geração do valor excedente tal como aparece na sociedade capitalista moderna - sendo essencialmente "veículo" da geração de valor excedente, e não seu "motivo impulsor", para usar os termos de Marx. Em outras palavras, é a busca de valorização quem subordina o movimento do valor através das diversas formas assumidas pelo capital em seu ciclo, e não o contrário.

Reconhecida essa dissociação parcial entre os extremos e a fase intermediária do ciclo do capital, porém, o proprietário de uma determinada soma de dinheiro passa a poder empregá-la diretamente na produção com vistas à obtenção de valor excedente, **ou cedê-la para que outro o faça**. Em ambos os casos, no entanto, o motivo impulsor do ato é a obtenção daquele valor excedente, seja do ponto de vista do prestamista - que personifica o capital a juros -, seja do ponto de vista do prestatário - que personifica o capital produtivo.

A segunda possibilidade aventada - a do empréstimo com vistas à valorização - já se encontrava posta na apresentação da fórmula geral do capital, derivando do fato de que, uma vez adiantado como capital, "*o dinheiro (...) tem a propriedade de retornar a quem o adianta, a quem o desembolsa como capital, porque D-M-D' é a forma imanente do movimento do capital, justamente por isso pode o proprietário do capital emprestá-lo como capital (...)*" (Marx, 1988, vol. IV, tomo 1, p. 249). É este, portanto, o fundamento do capital a juros, ou seja, da cessão de uma dada soma de

dinheiro a fim de que o mesmo seja empregado como capital na forma típica do ciclo do capital monetário.

O ciclo completo do capital a juros aparece como sendo D- D-M...P...M'-D' -D', que resume em si novamente o movimento D...D'. Mais do que isso, porém, do ponto de vista do prestamista, esse ciclo é tão somente D-D'; mas esta não é apenas uma forma abreviada de um ciclo mais complexo: é a expressão total do ciclo do capital a juros do ponto de vista do prestamista, e que esgota a lógica da valorização para o proprietário do capital.

Lançado à circulação, o capital em sua forma monetária - ou avaliado monetariamente - retorna ao ponto de partida acrescido de um excedente de valor... e nada mais. O valor em sua forma monetária é lançado ao mercado - ao seu próprio mercado - na forma de um adiantamento, mediante um compromisso de devolução futura com acréscimo de juros - relação eminentemente jurídica de cessão temporária do valor de uso do dinheiro enquanto capital.

Ao contrário do que ocorre nas metamorfoses do capital, referidas acima, não se efetua uma troca nem uma mudança de forma quando o capital é lançado à circulação. Já nos atos de intercâmbio mercantil compreendidos nas metamorfoses D-M e M-D', o capitalista abre mão ora de dinheiro, ora de mercadoria, mas nunca do valor - que meramente é metamorfoseado - enquanto que, na forma do capital a juros, o capitalista abre mão do próprio valor no ato D-D, ainda que apenas temporariamente. Mais do que isso, o prestamista abre mão do próprio valor de uso do dinheiro como capital - capacidade de gerar lucro - mediante compromisso de um reembolso acrescido de juros. É nestes termos que o capital torna-se, ele mesmo, mercadoria - ainda que uma mercadoria específica. O proprietário cede dinheiro com vistas à valorização e, portanto, como capital (portador de juros) para que o mesmo seja empregado como capital - daí ser ele, desde logo, capital e mercadoria-capital.

O sentido do próprio empréstimo do dinheiro como capital já é o fato de ser ele valor em movimento expansivo; ele é cedido como adiantamento, como capital, para desempenhar, também para quem o toma emprestado, funções de capital. Assim como no mero intercâmbio mercantil, porém, o destino do valor de uso da mercadoria-capital após sua alienação (temporária) é indiferente para aquele que abre mão dele; é neste momento que o capital, colocado desde o início por seu proprietário como valor que se valoriza,

desprende-se de seu próprio veículo de valorização - o processo de geração de mais-valia e lucro pela realização e apropriação de trabalho excedente. Compreende-se, desta forma, em que termos o capital portador de juros é mercadoria-capital.

Enquanto que, no ciclo do capital monetário, o lançamento do capital-dinheiro na circulação faz com que este cumpra apenas funções de dinheiro, no capital a juros o capital-dinheiro já é lançado à circulação propriamente como capital. Se nas metamorfoses do capital, ao assumir e deixar as formas de mercadoria e dinheiro, o valor (em expansão) faz com que o processo de valorização seja, no dizer de Marx, "uma relação do capital consigo mesmo", no capital a juros esta relação já está posta *a priori*; uma soma de dinheiro relaciona-se diretamente com um determinado montante de juros que lhe devem ser acrescidos afim de que ele seja cedido como empréstimo. Tal fato põe o dinheiro em relação direta e *a priori* com esta mesma soma, acrescida de um *plus* - o juro. A lógica valorativa autonomiza-se, assim, de maneira culminante no capital a juros; a posse de dinheiro torna-se, desde logo, em posse de poder de apropriação de valor excedente.

## **Conclusões**

Pretendemos ter demonstrado ao longo deste texto que o tratamento dado por Marx à questão do dinheiro pode ser encarado como um dos "fios condutores" de sua teoria do valor e do capital. O desenvolvimento do tema, nos diversos contextos em que aparece, ocorre de maneira eminentemente dialética: fator fundamental para a constituição da lógica valorativa capitalista, o dinheiro, tanto quanto o próprio capital, é um elemento continuamente suposto e, simultaneamente, desenvolvido por etapas, a partir de categorias procedentes. Em "O Capital", essa sucessão lógica inicia-se logo nos primeiros capítulos, no âmbito da teoria do valor marxiana, e se estende, até tomar uma forma altamente elaborada no capital a juros.

Assim, nas diversas seções deste texto, procurou-se ser fiel ao intento declarado do autor, numa tentativa de desvendar o conteúdo social que ele identificou por trás das diversas situações mediadas pelo dinheiro na sociedade capitalista e, de certa forma, nele corporificadas de forma velada.

O estudo desta temática, ainda que realizado, como aqui, abstraindo-se de uma série de questões centrais do pensamento de Marx, parece ser de

grande utilidade para que se possa ter uma visão coerente de sua Economia Política, como de resto da própria sociedade capitalista.

#### **Referências bibliográficas**

- CARVALHO, F.C. de A Teoria Monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. *Revista de Economia Política* 6(4) Out./Dez.,1986.
- MARX, K. **O Capital**. SP: Nova Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México: Siglo Veinteuno, 1973.
- ROSDOLSKY, R. *Génisis y Estructura de el Capital de Marx*. México: Siglo Veinteuno, 1985.
- RUBIN, I.I. *Ensayos sobre la Teoría Marxista del Valor*. México: Cuadernos de Passado y Presente, 1979.